

## ÍNDICE DA MATÉRIA

<i>Explicação</i> .....	VII
<i>Proêmio</i> .....	IX

### TÍTULO I

#### TEORIA GERAL DA PRESCRIÇÃO

Capítulo I — Do Conceito Jurídico da Prescrição.....	3
1. Conceito histórico-etimológico .....	3
2. Dualidade conceitual da prescrição aquisitiva e extintiva .....	4
3. Classificação e localização da prescrição e do usucapão pelo Código Civil .....	7
4. A prescrição como fato jurídico .....	8
5. Objeto da prescrição .....	8
6. Seus elementos integrantes .....	11
7. Definição .....	12
Capítulo II — Do Fundamento Jurídico da Prescrição.....	13
8. Enunciação dos fundamentos apresentados .....	13
9. Verdadeiros fundamentos: interesse público ( <i>bono publico</i> ); estabilização do direito ( <i>ne in incerto esset</i> ); castigo à negligência ( <i>poena negligentiae</i> ) .....	14
10. Castigo à negligência .....	16
11. Vantagens da prescrição .....	18
12. Natureza jurídica da prescrição .....	18
Capítulo III — Das Condições Elementares da Prescrição.....	20
13. Condições elementares .....	20
14. Existência de uma ação exercitável.....	20
15. Condições da <i>actio nata</i> .....	22



16.	Conhecimento da violação pelo titular .....	22
17.	Ações cujo nascimento depende do titular; início da prescrição .....	24
18.	Inércia do titular da ação .....	25
19.	Continuidade da inércia durante um certo lapso de tempo .....	26
20.	Prazo prescricional .....	27
21.	Causas interruptivas da prescrição .....	27
22.	Ausência de causas preclusivas de seu curso.....	28
23.	Causas impeditivas e suspensivas da prescrição.....	28
 Capítulo IV — Dos Efeitos da Prescrição em Relação às Pessoas		30
24.	Relação jurídica decorrente da prescrição.....	30
25.	Pessoas sujeitas aos seus efeitos .....	31
26.	Privilégios contra a prescrição no direito antigo.....	32
27.	Pessoas jurídicas .....	32
28.	<u>Pessoas contra as quais não corre a prescrição</u> .....	33
29.	Continuidade indivisível da prescrição em relação às pessoas .....	34
30.	Efeitos indiretos; responsabilidade dos representantes pela prescrição dolosa ou culposa .....	35
 Capítulo V — Dos Efeitos da Prescrição em Relação ao seu Objeto		36
31.	Questões discutidas .....	36
32.	Direitos imprescritíveis .....	36
33.	Construção da teoria da imprescritibilidade .....	38
34.	Orientação de nosso Código Civil.....	42
35.	Direitos facultativos .....	43
36.	Imprescritibilidade das exceções .....	43
37.	Prescrição dos direitos acessórios .....	46
 Capítulo VI — Da Renúncia da Prescrição.....		48
38.	Renúncia: conceito e espécies .....	48
39.	Renúncia da prescrição .....	50
40.	Renúncia da prescrição em curso .....	51
41.	Alongamento convencional do prazo prescricional....	53
42.	Abreviamento convencional do prazo .....	54
43.	Unilateralidade e liberalidade da renúncia da prescrição .....	55



44. Renúncia expressa e tácita .....	56
45. Capacidade jurídica do renunciante .....	57
46. Renúncia pelos absolutamente incapazes.....	58
47. Renúncia pelos relativamente incapazes.....	59
48. Ineficácia da renúncia contra os coobrigados.....	60
49. Rescisão da renúncia em prejuízo de credores.....	61
50. Rescisão da renúncia em prejuízo de qualquer terceiro	63
Capítulo VII — Da Arguição da Prescrição .....	64
51. Seu conceito e questões que suscita.....	64
52. Quem pode arguir a prescrição .....	65
53. Como pode ser argüida: por via de ação e por via de exceção .....	66
54. Quando pode ser argüida: conceito de instância.....	69
55. Sua arguição por via de ação e por via de exceção....	72
56. Atos processuais em que pode ser argüida.....	73
57. Se pode ser argüida na execução .....	73
58. Se pode ser argüida por meio de ação rescisória do julgado .....	76
59. Se pode ser argüida pela primeira vez em recurso extraordinário .....	78
Capítulo VIII — Do Conhecimento Judicial da Prescrição.....	79
60. Inadmissibilidade do conhecimento judicial <i>ex officio</i> da prescrição .....	79
61. A impronunciabilidade judicial <i>ex officio</i> da prescrição das ações patrimoniais .....	81
62. Admissibilidade da alegação da prescrição favorável aos incapazes, pelo Ministério Público.....	82
Capítulo IX — Da Retroatividade da Lei Prescricional.....	84
63. Corrente francesa e corrente alemã.....	84
64. Irretroatividade da lei prescricional na França, Portugal, Itália e Argentina .....	84
65. Retroatividade na Alemanha .....	86
66. Orientação de nosso Código: retroatividade.....	88
67. Regras de aplicação da nova lei às prescrições em curso .....	90
JURISPRUDÊNCIA .....	91
Capítulo X — Da Lei Prescricional no Espaço .....	92
68. A prescrição no direito internacional privado.....	92



69.	Cinco correntes divergentes .....	93
70.	Aplicabilidade da <i>lex fori</i> . Critério do Código Bustamante .....	94

## TÍTULO II

### TEORIA GERAL DA DECADÊNCIA

Capítulo I — Do Conceito Jurídico da Decadência.....	99
71. Terminologia .....	99
72. Traços diferenciais entre decadência e prescrição....	100
73. Definição de decadência .....	101
74. Crítica à lição de Coviello .....	101
75. Falta de nitidez afirmada pelos escritores.....	103
Capítulo II — Do Objeto da Decadência .....	105
76. Seu objetivo é o direito .....	105
77. Obscuridade resultante da chamada decadência da ação .....	107
78. Casos em que o direito e ação se confundem.....	107
79. Doutrina do autor pela qual todas as dificuldades se dissipam .....	109
Capítulo III — Dos Efeitos da Decadência .....	111
80. Extinção do direito .....	111
81. Insusceptibilidade e ininterruptibilidade da decadência .....	112
82. Corre contra todos .....	113
83. Impede a alegação do direito por via de ação e por via de exceção .....	113
84. A decadência <i>ex vi legis</i> não pode ser renunciada....	114
85. A <i>ex vi legis</i> é conhecida pelo <i>ex officio</i> .....	114
86. Traços diferenciais entre a decadência e a prescrição, relativamente aos seus efeitos .....	115
Capítulo IV — Da Decadência no Direito Brasileiro.....	116
87. Ausência de dispositivo do Código regulando a decadência .....	116
88. Não obstante, o Código estabelece prazos de decadência .....	118



89.	Se é de decadência ou prescrição o prazo de cinco anos para propor ação rescisória do julgado.....	118
90.	Discriminação dos prazos de decadência confundidos pelo Código com os de prescrição.....	119
Capítulo V — Da Arguição da Decadência.....		124
91.	Quem pode arguir a decadência .....	124
92.	Como pode ser argüida .....	125
93.	Seu conhecimento pelo juiz .....	125
94.	Quando pode ser argüida .....	126

### TÍTULO III

#### DAS CAUSAS PRECLUSIVAS DA PRESCRIÇÃO

Capítulo I — Das Causas Impeditivas da Prescrição.....		131
95.	Causas preclusivas e suas três classes.....	131
96.	Causas impeditivas .....	132
97.	Entre cônjuges .....	133
98.	Se o desquite faz desaparecer a causa impeditiva.....	135
99.	Se corre a prescrição da ação de desquite.....	136
100.	Se a isenção prescricional se estende contra terceiros, quando a ação de um cônjuge contra eles pode refletir contra o outro cônjuge .....	137
101.	Razão jurídica da isenção prescricional entre cônjuges .....	138
102.	Entre ascendentes e descendentes .....	139
103.	Entre tutelados e tutores .....	141
104.	Entre curatelados e curadores .....	143
105.	Se corre a prescrição entre administrados e administradores .....	144
106.	Em favor do credor pignoratício, depositário, mandatário e pessoas equiparadas .....	144
107.	Contra os absolutamente incapazes.....	147
108.	Quando a causa impeditiva contra incapazes se converte em causa suspensiva .....	151
109.	A isenção dos incapazes não se aplica à decadência..	152
110.	Se o sucessor do incapaz pode invocar a isenção prescricional .....	152
111.	Pendendo condição suspensiva .....	153



112.	Fatos equivalentes à condição suspensiva.....	154
113.	Não estando vencido o prazo .....	155
114.	Pendendo ação de evicção .....	156
Capítulo II — Das Causas Suspensivas da Prescrição.....		158
115.	Causas suspensivas .....	158
116.	Ausência do Brasil a serviço público .....	159
117.	Compreensão da isenção prescricional .....	160
118.	Termo da suspensão prescricional .....	161
119.	Serviço militar em tempo de guerra.....	161
120.	Inaplicabilidade da suspensão à decadência.....	163
121.	Outras causas suspensivas da prescrição.....	164
122.	Causas não previstas pelo nosso Código.....	165
123.	Obstáculo judicial e obstáculo legal.....	165
Capítulo III — Dos Efeitos da Suspensão Prescricional .....		167
124.	Quatro pontos de vista .....	167
125.	Efeitos em relação à ação .....	167
126.	Efeitos em relação ao direito .....	169
127.	Efeitos em relação às partes .....	169
128.	Efeitos em relação a terceiros .....	170
Capítulo IV — Das Causas Interruptivas da Prescrição.....		172
129.	Interrupção da prescrição difere da suspensão: seus característicos diferenciais .....	172
130.	Interrupção natural e civil .....	173
131.	Interrupção natural .....	174
132.	Interrupção pela citação .....	176
133.	Meios judiciais da interrupção .....	178
134.	Requisitos da citação para sua eficácia interruptiva.	180
135.	O destino ou resultado da demanda não influi na interrupção .....	183
136.	Interrupção pelo protesto judicial .....	184
137.	Interrupção pela apresentação do título creditório em inventário ou em concurso de credores .....	186
138.	Inclusão da falência como concurso de credores....	188
139.	Interrupção por qualquer ato judicial que constitua em mora o prescribente .....	188
140.	Interrupção pelo reconhecimento do direito por parte do prescribente .....	190
141.	Interrupção pela reclamação administrativa .....	192
	JURISPRUDÊNCIA .....	193



Capítulo V — Quem Pode Promover a Interrupção Prescricional	199
142. Censura ao art. 174 do Código.....	199
143. Interrupção pelo titular do direito .....	200
144. Pelo representante do titular .....	201
145. Se o autor e curador dependem de autorização judicial para interrupção da prescrição .....	202
146. Se a interrupção pelo mandatário depende de poderes especiais .....	203
147. Se o mandante pode revogar a interrupção promovida pelo mandatário .....	204
148. Interrupção pelo terceiro interessado .....	205
Capítulo VI — Dos Efeitos da Interrupção da Prescrição.....	207
149. Efeitos objetivos e subjetivos .....	207
150. Em relação à prescrição .....	207
151. Sucessividade de interrupções .....	211
152. Qual o prazo da nova prescrição recomeçada após a interrupção .....	212
153. Em relação à ação .....	215
154. Em relação ao direito .....	216
155. Em relação aos sujeitos ativo e passivo da ação.....	216
155-a No litisconsórcio necessário .....	218
156. Em relação a terceiros .....	219
157. Se o terceiro prejudicado pode rescindir a interrupção por ato recognitivo do prescribente .....	220

## TÍTULO IV

### DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS

Capítulo I — Da Prescrição Ordinária.....	223
158. Ações prejudiciais, pessoais e reais .....	223
159. Gênese e crítica do art. 177 do Código.....	124
160. Início e termo do prazo prescricional, sua contagem..	225
161. Prescrição ordinária das ações pessoais.....	227
162. Prescrição trintenar da execução do julgado.....	228
163. Prescrição ordinária das ações reais .....	229
164. Prescrição trintenar das ações reais .....	230
165. Prescrição vintenar das ações reais .....	233
166. Cálculo do prazo prescricional, quando há mudança da	



	ausência ou presença das partes, durante o curso prescricional .....	234
167.	Prescrição decenal das ações reais .....	240
	JURISPRUDÊNCIA .....	241
Capítulo II	— Da Prescrição Semestral .....	244
168.	Divisão e subdivisão dos prazos de prescrição.....	244
169.	Ações que prescrevem em seis meses.....	245
170.	Ação de cobrança de hospedagem e alimentação.....	245
171.	Início do prazo ou data de que se conta.....	247
172.	Prazos estabelecidos pelos Códigos estrangeiros.....	248
173.	Ação para reaver a coisa móvel perdida.....	248
Capítulo III	— Da Prescrição Anua .....	251
174.	Ações que se prescrevem em um ano.....	251
175.	Ações decorrentes do contrato de seguro .....	252
176.	Prescritibilidade e imprescritibilidade das exceções nessas ações .....	253
177.	Sua prescrição na França e na Itália.....	254
178.	Ações remuneratórias de lições .....	254
179.	Começo do curso do prazo prescricional.....	255
180.	Essa prescrição nos países cultos .....	256
181.	Ações remuneratórias de pensão, educação ou ensino .....	256
182.	Diferença entre as hipóteses dos n.ºs VI e VII do § 6º do art. 178 .....	258
183.	Ações de emolumentos ou custas .....	258
184.	Essa prescrição nos Códigos estrangeiros.....	260
185.	Ações de honorários médicos e fornecimentos farmacêuticos .....	261
186.	Início do prazo prescricional .....	262
187.	Ações de honorários de advocacia .....	262
188.	Começo do prazo prescricional .....	263
189.	Essa prescrição nos Códigos dos países cultos.....	263
	JURISPRUDÊNCIA .....	264
Capítulo IV	— Da Prescrição Bial .....	266
190.	Ações sujeitas à prescrição bial .....	266
191.	Ação por dívida inferior a cem cruzeiros.....	267
192.	Crítica ao dispositivo do art. 178, § 7º, nº II.....	268
193.	Contagem do prazo .....	268
194.	Ação remuneratória de lições pagáveis por período superior a um mês.....	269





195.	Ação de honorários de engenheiro, arquiteto, agrimensor ou estereômetra .....	270
196.	No direito estrangeiro .....	270
197.	Ações decorrentes do contrato de seguro, quando o fato ocorrido fora do Brasil .....	271
Capítulo V — Da Prescrição Quatrienal .....		272
198.	Ações que prescrevem em quatro anos.....	272
199.	Ação restitutória do dote ou bens particulares da mulher .....	272
200.	Ação dos herdeiros .....	273
201.	No direito estrangeiro .....	274
Capítulo VI — Da Prescrição Quinquenal .....		275
202.	Ações que prescrevem em cinco anos .....	275
203.	Ação de prestação vencida de alimentos .....	276
204.	Essa prescrição no direito estrangeiro.....	277
205.	Ação de prestação vencida de renda .....	277
206.	Direito a cada prestação e direito à renda instituída..	278
207.	Ação de juros ou prestações acessórias.....	279
208.	Essa prescrição no direito estrangeiro.....	280
209.	Ação de alugueres de prédios .....	281
210.	Aluguel inferior a cem cruzeiros.....	282
211.	Essa prescrição no direito estrangeiro.....	282
212.	Ação de salários .....	283
213.	Ação entre empregados e empregadores .....	284
214.	Essa prescrição no direito estrangeiro.....	284
215.	Ações contra a União, os Estados e Municípios.....	285
216.	Ação civil por ofensa a direitos autorais.....	285
217.	Extensão da expressão <i>direito do autor</i> .....	286
218.	Ação por ofensa ou dano ao direito de propriedade..	287
	JURISPRUDÊNCIA .....	289
Capítulo VII — Da Prescrição a Favor e Contra a União, o Estado e o Município .....		290
219.	Histórico .....	290
220.	Prescrições especiais a favor da Fazenda Nacional...	291
221.	Prescrição quinquenal .....	292
222.	Dúvidas: se a prescrição quinquenal abrange somente as ações por crédito .....	293
223.	Qual a prescrição da ação para reclamar dinheiro de ausentes recolhido aos cofres federais .....	294
224.	Prescrição quinquenal e suas regras especiais.....	295



225.	Prescrição contra a União, os Estados e os Municípios .....	296
226.	Prescrição das dívidas ativas até Cr\$ 500,00.....	298
227.	Decisão mineira sobre prescrição de dívidas provenientes de impostos .....	298
228.	Prescrição das ações entre a União, os Estados e os Municípios .....	299
	JURISPRUDÊNCIA .....	301

## TÍTULO V

### DAS PRINCIPAIS QUESTÕES SOBRE PRESCRIÇÃO

Capítulo I — Da Prescrição das Ações Possessórias.....	309
229. Aresto da Relação de Minas Gerais .....	309
230. Natureza real da posse e das ações possessórias.....	310
231. Impossibilidade jurídica do caráter pessoal da posse..	312
232. Prescrição decenal e vintenial das ações possessórias..	313
233. Ação turbativa e ação espoliativa. Ação sumária e ação ordinária .....	314
Capítulo II — Da Prescrição da Ação Reparatória do Dano “Ex Delicto” .....	315
234. Essa prescrição no direito francês e no Projeto Revis- to do Código Civil Brasileiro .....	315
235. Natureza civil da indenização <i>ex delicto</i> , embora o agente seja comerciante e comercial a sua atividade, durante a qual o crime se verificou .....	317
236. Prescrição trintenária da ação reparatória do dano <i>ex delicto</i> .....	317
Capítulo III — Da Prescrição da Ação por Custas.....	318
237. Questões aventadas no domínio da jurisprudência....	318
238. Ação do terceiro que paga as custas por mandato verbal da parte devedora .....	319
239. Se o terceiro paga as custas sem mandato do devedor, ou se as paga mediante cessão do crédito feita pelo serventuário .....	319
240. Ação do serventuário, havendo sentença condenando o vencido nas custas .....	321



241.	Prescrição das custas pagas pela parte vencedora, para exigi-las do vencido .....	322
Capítulo IV — Da Prescrição da Ação de Honorários Médicos..		323
242.	Questão suscitada sobre o início do prazo prescricional da ação de honorários médicos .....	323
243.	Os arts. 1.216 e 1.219 do Código Civil e conclusões deles deduzidas .....	324
244.	1ª hipótese: contrato geral dos serviços médicos, por tempo indeterminado, a uma ou mais pessoas.....	325
245.	2ª hipótese: contrato especial dos serviços médicos para uma determinada enfermidade de um determi- nado doente .....	326
246.	Crítica à opinião de Plínio Barreto, Alcântara Ma- chado e Carvalho Santos .....	327
247.	Conclusões .....	327
Capítulo V — Da Prescrição das Ações Divisórias.....		328
248.	Imprescritibilidade e impossibilidade da prescrição da ação de divisão, durante a comunhão.....	328
249.	Prescritibilidade da ação de divisão e quando corre a prescrição .....	330
Capítulo VI — Da Prescrição da Ação Reivindicatória contra o Estado .....		331
250.	Questão proposta: se às ações reivindicatórias contra o Estado se aplica a prescrição quinquenal .....	331
251.	Derrogação do preceito geral da prescrição quinquê- nal, a favor do Estado, pelo preceito especial da pres- crição ordinária e extraordinária, a favor do proprie- tário, como proteção constitucional do direito de pro- priedade .....	331
252.	Conclusões .....	333

## TÍTULO VI

### DOS PRAZOS DE DECADÊNCIA DAS AÇÕES

Capítulo I — Da Decadência das Ações Anulatórias do Casa- mento .....		337
253.	Característicos da decadência .....	337



254.	Indecadência das ações de nulidade do matrimônio por impedimentos absolutos .....	338
255.	Prazos especiais de decadência das ações anulatórias matrimoniais .....	339
256.	Ação do marido por defloração da mulher.....	340
257.	Ação para anular o casamento do menor ou curatela-do sem o consentimento do pai, tutor ou curador....	342
258.	Ação para anular o casamento do coato .....	342
259.	Ação para anular o casamento do incapaz de con-sentir .....	343
260.	Ação para anular o casamento por falta de idade núbil .....	344
261.	Ação para anular o casamento por erro essencial....	344
262.	Sua caducidade .....	346
263.	Ação para anular o casamento por incompetência da autoridade que o presidiu .....	346
264.	Pronunciamento <i>ex officio</i> da decadência da ação anulatória do casamento .....	347
	JURISPRUDÊNCIA .....	348
Capítulo II — Da Decadência da Ação Redibitória.....		349
265.	Ação <i>redibitoria</i> e <i>quanti minoris</i> e sua extinção por decadência .....	349
266.	Ação redibitória da coisa móvel e seu prazo extintivo	350
267.	Ação redibitória da coisa imóvel e seu prazo de de-cadência .....	350
	JURISPRUDÊNCIA .....	353
Capítulo III — Da Decadência da Ação Contestatória da Pater-nidade .....		354
268.	Ação contestatória da paternidade .....	354
269.	Hipóteses e respectivos prazos de decadência.....	355
270.	Decadente a ação contestatória da paternidade, po-derá a ilegitimidade do filho servir de fundamento à ação de desquite, baseada no adultério da mulher....	355
Capítulo IV — Da Decadência da Ação do Condomínio para haver a Parte Vendida .....		357
271.	Ação do condomínio da coisa indivisível para haver a parte vendida a estranho .....	357
272.	Prazo de decadência dessa ação .....	358



273.	Este prazo corre da data da venda .....	358
	JURISPRUDÊNCIA .....	358
 Capítulo V — Da Decadência da Ação do Adotado para Desligar-se da Adoção .....		
274.	Consentimento do adotado para a adoção.....	360
275.	Ação impugnatória da adoção e sua decadência.....	361
 Capítulo VI — Da Decadência da Ação Revogatória da Doação..		
276.	Doação e ingratidão .....	362
277.	Ação revogatória da doação e decadência .....	363
278.	Prazo de sua decadência .....	363
 Capítulo VII — Da Decadência da Ação Liberatória ou Reivindicatória dos Imóveis do Filho Gravados ou Alienados pelo Pai .....		
279.	Administração paterna dos bens do filho menor.....	364
280.	Ação do filho ou seus herdeiros para desobrigar ou reivindicar os imóveis gravados ou alienados pelo pai, sem autorização judicial .....	364
281.	Decadência dessa ação e seus prazos.....	365
 Capítulo VIII — Da Decadência da Ação de Nulidade da Partilha .....		
282.	Ação de nulidade da partilha e sua decadência.....	366
283.	Prazo de sua decadência, quer a ação se funde em anulabilidade da partilha, quer em sua nulidade de pleno direito .....	367
284.	Extinção da ação rescisória da sentença de partilha, decorrido o prazo de um ano da data em que essa transitou em julgado .....	368
	JURISPRUDÊNCIA .....	369
 Capítulo IX — Da Decadência da Ação Avulsória.....		
285.	Ação avulsória e sua decadência .....	370
286.	Prazo de sua decadência .....	370
287.	Avulsão de coisas insuscetíveis de aderência natural..	371
 Capítulo X — Da Decadência da Ação de Filiação Legítima....		
288.	Ação de filiação legítima: sua indecadência, em relação ao filho; e decadência em relação aos herdeiros .....	372



289.	Prazo de decadência e não de prescrição.....	372
290.	Continuação da ação pelos herdeiros, quando intentada pelo filho .....	373
 Capítulo XI — Da Decadência da Ação de Nulidade da Modificação dos Estatutos da Fundação .....		
291.	Direito de a minoria vencida anular a modificação estatutária da fundação .....	374
292.	Prazo de decadência da ação de nulidade atribuída à minoria .....	374
 Capítulo XII — Da Decadência da Ação Contra Janela, Sacada, Terraço ou Goteira sobre o Prédio Vizinho.....		
293.	Direito do proprietário sobre cujo prédio se construiu janela, sacada, terraço ou goteira, de exigir que se desfaçam .....	376
294.	Ação para esse fim e sua decadência.....	377
 Capítulo XIII — Da Decadência da Ação Anulatória dos Atos da Mulher sem o Consentimento Marital.....		
295.	Ação do marido para anular os atos da mulher praticados sem o seu consentimento .....	378
296.	Decadência dessa ação .....	379
297.	Direitos dos terceiros prejudicados pela anulação....	379
298.	Prazo de decadência da ação .....	379
 Capítulo XIV — Da Decadência da Ação Anulatória da Doação do Cônjuge Adúltero ao seu Cúmplice.....		
299.	Anulação da doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice .....	380
300.	Prazo de decadência .....	380
 Capítulo XV — Da Decadência da Ação para Resgate do Imóvel Vendido .....		
301.	Ação para resgate do imóvel vendido e seu prazo....	381
302.	Esse prazo é de decadência.....	381
303.	Prazos para o resgate e sua ação .....	382
 Capítulo XVI — Da Decadência da Ação para Anular os Atos do Marido sem Outorga Uxória.....		
304.	Ação da mulher para desobrigar ou reivindicar os imóveis do casal gravados ou alienados pelo marido,	383



	ou anular a fiança por ele prestada, sem sua outorga .....	383
305.	Decadência dessa ação .....	383
306.	Decadência da ação dos herdeiros da mulher.....	384
	JURISPRUDÊNCIA .....	384
Capítulo XVII —	Da Decadência da Ação para Desobrigar ou Reivindicar os Bens Dotais Gravados ou Alienados pelo Marido .....	385
307.	Ação da mulher ou de seus herdeiros para desobrigar ou reivindicar os imóveis dotais gravados ou alienados pelo marido e seu prazo .....	385
308.	Natureza extintiva desse prazo .....	385
Capítulo XVIII —	Da Decadência das Ações Relativas à Exclusão do Herdeiro .....	387
309.	Ação dos herdeiros para deserdação ou exclusão do co-herdeiro .....	387
310.	Prazo de decadência dessa ação .....	387
311.	Ação do deserddado para impugnar a deserdação e seu prazo de decadência .....	388
Capítulo XIX —	Da Decadência da Ação Impugnatória do Reconhecimento .....	389
312.	Ação do filho reconhecido pelos pais para impugnar o reconhecimento e prazo para o seu exercício.....	389
313.	Esse prazo é de decadência .....	390
Capítulo XX —	Da Decadência da Ação Rescisória do Julgado .....	391
314.	Ação rescisória do julgado: quando admissível e seu prazo .....	391
315.	A decadência indiretamente reconhecida pelo Código como instituto .....	392
316.	É de decadência o prazo bienal para a ação rescisória do julgado .....	393
317.	O prazo bienal não se suspende, nem interrompe, sendo a decadência impedida somente pelo ingresso da ação em juízo .....	394
318.	Proposta a ação em momento oportuno, previne-se a decadência ..	394



## DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA

Capítulo Único — Conclusões .....	397
318-a. Dualidade conceitual e pontos de contato entre a prescrição e decadência .....	397
319. Características diferenciais .....	397
320. diversidade de consequências .....	399
321. Diversidade de efeitos .....	399
322. A decadência em nosso Código Civil .....	400
323. Discriminação prática dos prazos de decadência das ações .....	400

## APÊNDICE

## Textos Novos Relativos à Prescrição ou Decadência

Legislação .....	405
— Código Brasileiro do Ar .....	405
— Decreto nº 79.437/77 .....	405
— Lei de Sociedades por Ações .....	406
— Lei nº 6.367/76 .....	407
— Código Tributário Nacional .....	407
— Consolidação das Leis do Trabalho .....	409
— Responsabilidade civil por dano nuclear .....	409
— Lei nº 5.889/73 .....	409
Súmulas .....	410
Mandado de Segurança e Decadência .....	411
Lei Uniforme e Prescrição .....	412
Prescrição em Matéria Trabalhista .....	412
Prescrição e Decadência em Matéria Tributária .....	412
Bibliografia .....	413